

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho: GT 36 Sociologia Clínica

Os empresários da construção civil e a distinção social em Brasília

Carolina Vicente Ferreira Lima – Universidade de Brasília

## 1. Introdução

Este trabalho está inserido na caminhada de construção de uma tese de doutorado que investiga a respeito dos fenômenos de desigualdade socioeconômica e distinção social tomando o espaço social da cidade de Brasília como cenário, e tendo como objetivo investigar a vivência em condição social e econômica abastada de certo número de famílias, ligadas ao ramo de construção civil da cidade. Pretende-se correlacionar a especificidade de sua condição e posição social à desigualdade socioeconômica que caracteriza fortemente a sociedade brasileira. O grupo empírico é composto por empresários de destaque no setor e se estende a seus familiares: esposas, filhos(as), noras, genros, netos(as). É composto por famílias de um dos segmentos profissionais mais endinheirados da capital federal, responsável pela construção de edificações em uma cidade que está em constante crescimento e que nos últimos vinte anos passou por um intenso processo de metropolização constituindo atualmente uma região metropolitana de cerca de 3,5 milhões de habitantes.

A família aparece como um lugar privilegiado para pensar o universo social investigado. A noção de transmissão (GAULEJAC, 2012, p.119-124), pensada enquanto aquilo que inscreve os atores sociais numa descendência ou no cruzamento de duas linhagens, junção que constitui um(a) herdeiro(a), cujo objetivo é transmitir o que se recebe das gerações anteriores, adaptando esse patrimônio ao mundo em mudança, interessa de maneira central a essa pesquisa. A partir dessa perspectiva, a família é entendida como um espaço de socialização e transferência de patrimônio, tanto de ordem simbólica como econômica. Essas noções são importantes porque nos apresentam pistas de como a condição social abastada de certos grupos sociais pode ser mantida e perpetuada ao longo do tempo com base, dentre outras coisas, também na família e sua herança.

Seguindo as orientações que regem a abordagem da sociologia clínica (GAULEJAC, 2006; 2012; 2014), pretendo empreender uma análise que contemple três níveis de realidade: a social, a familiar e a pessoal, optando por uma perspectiva que leva em conta os determinismos sociais. A partir do método de histórias de vida, a expectativa é de aproximação do que foi e é vivido, ou seja, da dimensão existencial do que é experienciado pelos sujeitos de pesquisa.

Tendo em conta certa lacuna que existe no Brasil a respeito de “estudos sobre os ricos” (CATTANI, 2009; MEDEIROS, 2005), proponho-me a investigar de perto a experiência daqueles que ocupam os estratos mais altos de uma sociedade marcada por grande desigualdade socioeconômica. Pensar em diferentes níveis de realidade (social, familiar, pessoal) parece-me adequado, visto que as desigualdades socioeconômicas levam a relações de poder entre as classes, e esta é uma questão social que atravessa as famílias, as relações conjugais, as relações pais e filhos, etc. Naturalmente, a investigação sobre a desigualdade socioeconômica está longe de esgotar as dimensões das desigualdades no Brasil, no entanto, olhar para a distribuição das riquezas e os aspectos simbólicos que a acompanha é uma das maneiras de abordar o assunto. A intenção é tratar, a partir da abordagem da sociologia clínica, a vivência dos sujeitos em condição social abastada e de aspectos que advêm da relação social que estabelecem e mantêm com os demais estratos sociais, inter-relacionando sua condição socioeconômica ao quadro mais amplo de desigualdade no Brasil. A pergunta que guia a pesquisa é: como se vive uma vida quando se é socialmente definido pelo excesso e se tem como pano de fundo uma das sociedades mais desiguais do mundo? Procuo me debruçar sobre o percurso social vivido pelos sujeitos de pesquisa para ocupar a posição que ocupam e entender como se dá a sedimentação do grupo enquanto elite, as estratégias que utilizam para se reproduzir, não perder seu lugar e talvez ampliá-lo. Sua história, suas alianças, seus desafetos, seus ídolos, seus conflitos, suas contradições, sua religiosidade, suas ideologias, os valores que os fazem agir, aonde investem seu tempo e pulsão de vida. Ainda, como suas trajetórias se cruzam com a política, quais são seus investimentos em práticas culturais, seus hábitos de consumo, suas práticas esportivas, seu processo de adoecimento, como se deu sua vida escolar e universitária.

A inquietação que motiva a pesquisa é a respeito da estrutura de distribuição de recursos em nossa sociedade, que a partir da perspectiva da vivência de uma existência minimamente digna e do acesso a direitos sociais, permite que algumas pessoas e grupos sejam totalmente incluídos, tanto material como simbolicamente, portando por vezes alguns privilégios, enquanto outros vivem em situação de vulnerabilidade e falta de oportunidades. Em outras

palavras, questiona-se como é possível que, em uma sociedade que se auto intitula democrática, algumas pessoas e grupos sejam tão incluídos enquanto outros sofram com a baixa inserção e, em alguns casos, a quase absoluta desfiliação social.

Mantendo a perspectiva da intensa desigualdade socioeconômica enquanto trama social na qual estamos inseridos, pretende-se investigar a vivência e socialização daqueles que estão no topo da pirâmide social, pensando em como esta experiência contribui para a manutenção de tal ordem de coisas.

A motivação nasce também da escassez de estudos existente nas Ciências Sociais sobre a vida de pessoas em estratos sociais elevados (CATTANI, 2009; MEDEIROS 2005). É curioso que o tema da estratificação e desigualdade socioeconômica ocupe posição central na sociologia, mas que não haja tantos estudos investigando o polo mais rico da pirâmide socioeconômica. Nesse sentido, vale lembrar que não existem segmentos estanques quando o assunto são as desigualdades socioeconômicas, pois o polo riqueza e o polo pobreza, assim como os segmentos intermediários, mantem relações necessárias e indissolúveis. Portanto, se queremos compreender as dinâmicas sociais associadas aos processos de desigualdades e hierarquização social, torna-se imprescindível investigar como vivem aqueles que ocupam posições mais altas na pirâmide social, pois seus interesses, seus comportamentos sociais e suas ações políticas afetam de maneira decisiva o conjunto da sociedade.

Há ainda os preconceitos pelo qual o tema passa e que atravessam, embora sejam de naturezas distintas, tanto o campo científico quanto o senso comum.

De acordo com Cattani (2009) a temática da riqueza sofre uma série de preconceitos associados à aparente falta de legitimidade política do tema. O estudo de populações pobres é considerado prioritário em vários campos de conhecimento e para definição de políticas de Estado. De maneira geral, se compreende que estudar tais populações é parte indispensável para a estratégia de combate à pobreza, para o empoderamento dos sujeitos e para diminuição da desigualdade gritante. O que de fato o é. E se pensarmos especificamente na sociedade brasileira, isso se torna ainda mais urgente devido à grande

desigualdade socioeconômica sob a qual vivemos. No entanto, e sem desconsiderar a importância desses estudos, gostaria de fazer algumas considerações sobre esse quadro. Primeiramente, para compreender as desigualdades socioeconômicas, é necessário pesquisar aqueles que ocupam o alto da pirâmide social, pelo simples fato de que no mundo social não existem segmentos isolados, sendo que todos os estratos vivem em situação de interdependência e se influenciam mutuamente. Sobre a interdependência dos estratos e a aparente falta de legitimidade política que o tema sofre e que se traduz, inclusive, na distribuição de verbas para pesquisa, transcrevo as palavras de Cattani:

Confrontados dois projetos concorrentes – um que visa a, hipoteticamente, estudar “Estratégias de sobrevivência da população pobre da favela X”; e outro que busca analisar “Sociabilidade e padrões de consumo no condomínio fechado de alto luxo Y” – a tendência será priorizar aquele que, aparentemente, tem uma função social. É bem provável que o segundo seja considerado um tema fútil, não merecedor de apoio governamental. A produção de conhecimento, no primeiro caso, pode ser indispensável para uma correta avaliação das políticas que auxiliem os envolvidos a saírem da situação de pobreza. Mas, a segunda proposta pode trazer elementos explicativos do contínuo e renovado processo de produção de pobreza. No caso específico, parte dos moradores do condomínio Y é composta pelos mesmos empresários que, durante os jogos de golfe, socializam as estratégias de guerrilha trabalhista para explorar os trabalhadores da favela X. Nas reuniões sociais, suas esposas elaboram listas negras para excluírem serventes e faxineiras que contestam o preço vil pago para limpar e cuidar das mansões. Além disso, a implantação do condomínio em área de preservação ambiental foi possível com a corrupção de funcionários públicos. Enquanto os favelados pagam impostos urbanos e sofrem com a falta de saneamento básico e de transporte decente, os moradores do condomínio de luxo gozam de isenção tributária e tiveram as suas vias de acesso asfaltadas pela prefeitura (CATTANI, 2009, p.558).

Além do preconceito que diz que o estudo dos ricos carece de relevância política, há ainda o desdobramento desse tipo de pensamento que, de forma ingênua, prega que estudar os pobres é se interessar pela causa dos pobres. Por paralelismo, estudar os ricos é se identificar com a causa dos ricos. Ou, também, estudar elites econômicas é ser elitista (Pinçon; Pinçon-Charlot, 2007). Tal pensamento ronda de certa forma o campo científico.

Julgo que seja muito importante questionar tal tipo de postura como forma de evitar fórmulas e explicações simplistas e reificadas, as quais perpassam o

campo científico e também o senso comum, com encadeamentos causais que levam a argumentos tais como: “se rico, então, necessariamente corrupto”, “se pertencente a segmentos mais altos na pirâmide socioeconômica, então, necessariamente explorador”, “se endinheirado, então, necessariamente egoísta e fútil”, ou ainda “se rico, então, livre de todo e qualquer tipo de conflito e sofrimento, seja ele social ou psíquico”, e etc.

Evidentemente, não devemos misturar todas essas dimensões, científica e senso comum, e muito menos desconsiderar a outra faceta que essa inserção social muito específica proporciona a esses grupos sociais: a de admiração e certa veneração. A imagem de sucesso que a sociedade propõe como ideal. Aquilo que muitas pessoas desejam alcançar. E, propriamente, a partir da hierarquização do mundo social, não podemos desconsiderar o fato de que ocupam posição de poder.

Posto isso, gostaria de esclarecer em quê e como me sinto implicada com o tema de pesquisa. Com efeito, por que essa sensibilidade particular com as diferenciações sociais? Com as hierarquias do mundo social? Com os sentimentos de superioridade e inferioridade, valorização ou desqualificação evocados pelas relações entre classes? Posso encontrar seus traços em meu romance familiar e em minha trajetória social? Eu penso que sim.

Primeiramente, sinto-me implicada enquanto participante da sociedade brasileira. Tendo eu nascido e crescido no Brasil e vivido boa parte da vida em duas grandes metrópoles do país, pude observar desde a infância as diferenças e desigualdades na cidade. Acho que desde muito cedo recebi informações, talvez a partir da escola, talvez através da mídia, provavelmente a partir de ambas, de que no Brasil havia muita pobreza e que uma das evidências de nosso “subdesenvolvimento” era a miséria de boa parte de sua população. Também escutei muito e desde cedo na escola e na família que devíamos olhar para as pessoas em situação de pobreza. Nesse ponto particularmente, penso que o fato de ter feito boa parte de minha vida escolar em colégios religiosos de orientação católica e ter tido uma formação religiosa nesse sentido, tenha contribuído no aspecto de direcionar o olhar “àqueles que mais precisam”. A aproximação que tive da cosmologia católica, entretanto, não disse respeito a um questionamento

das hierarquias sociais, mas sim da necessidade de benevolência e caridade dos mais ricos em relação aos mais necessitados e um olhar sobre as riquezas mundanas como valores não verdadeiramente importantes, ao passo que a fidelidade a deus e a bondade com os demais seria mais fundamental. A noção de igualdade seria aquela que prega que todos são iguais perante à deus.

Sendo eu oriunda dos estratos intermediários vinda de uma família pertencente ao que é conhecido pelo impreciso termo “classe média”, penso que tenha feito parte do projeto parental no qual estive envolvida o desejo de que eu me igualasse ou ascendesse socialmente em relação aos meus pais, alcançando estratos sociais mais altos por meio de educação/colocação profissional e matrimônio. A partir de uma perspectiva de inserção no mundo social, isso representava a procura pelo máximo possível de aproximação da riqueza, um forte investimento em educação formal e a necessidade implícita de não permitir me confundir com os mais pobres. O projeto parental incluiu também que eu me tornasse uma pessoa religiosa, que adotasse os preceitos do catolicismo, tais como humildade, atenção ao próximo, fidelidade a deus, caridade, obediência aos dogmas da igreja, etc.

Naturalmente, aqui se colocam exigências de ordem familiar, mas também de ordem social, uma vez que o desejo de enriquecimento e delimitação de signos e símbolos de status são constituintes das sociedades capitalistas modernas, sendo amplamente difundidos entre os mais diversos grupos sociais. Acredito que exigências dessa ordem estiveram presentes em minha história de vida, assim como fazem parte da vida de muitas pessoas. Percebo, entretanto, que estive em contato com duas exigências de natureza conflitiva, o que também não penso ser incomum, uma de ordem familiar/religiosa, que dizia que status e bens materiais não importam verdadeiramente e outra, familiar/social que dizia que é necessário buscar a ascensão e a distinção social.

Na infância e pré-adolescência, momento em que as crianças começam a comparar e se comparar (tanto no plano do sexo quanto do estatuto social e da riqueza) percebi que minha família ocupava uma posição distanciada da urgência de satisfação de necessidades mais básicas e que dada toda a pobreza que eu podia perceber e era noticiada nos jornais, eu vivia em uma situação

confortável. Por outro lado, também tinha plena consciência de que existiam grupos e pessoas que ocupavam posição superior à minha, os quais invejei e desejei alcançar.

Penso que desde de muito cedo fui sensível à diferença entre as classes, às questões simbólicas e narcísicas que a acompanham. Exigências de ordem psíquica e social, necessidade de posicionamento e comparações vivenciadas me despertaram o interesse pelo jogo sutil da luta por posições sociais e pelos sentimentos que a ela estão ligados. Talvez essa posição na classe média, relativamente distanciada da pobreza e de situações de humilhação e desqualificação social, mas ao mesmo tempo, sem acesso aos estratos mais altos, tenha me feito sensível aos processos de valorização e anulação que atravessam continuamente as relações sociais e a percepção da existência de sentimentos de superioridade e inferioridade ligados às posições sociais ocupadas.

O curso de Ciências Sociais, durante a graduação, me deu instrumentos para pensar essas relações, me possibilitou tomar ainda mais consciência de que a pobreza é a realidade de boa parte da população brasileira, de que no Brasil certas mudanças sociais são muito difíceis de serem promovidas devido a existência de desigualdades seculares, de que as desigualdades são fruto de injustiças sociais e que as relações entre classes são, muitas vezes, relações de dominação, aonde os aspectos simbólicos são tão determinantes quanto os econômicos. A experiência de estar no ambiente de uma universidade pública, em amplo processo de questionamento sobre posições sociais e em momento de ampliação de seu espaço para o ingresso de estudantes antes com pouco acesso ao ensino superior, me permitiu vivenciar situações contraditórias. Se por um lado me permitiu ter contato com pessoas e discussões e ampliar as possibilidades de visão, por outro me colocou em situações aonde minha própria história de vida e trajetória social, por ter vindo dos estratos intermediários, foi, senão deslegitimada, ao menos tratada como livre de sofrimentos e percalços. Acho que o incômodo despertado por essa experiência me permitiu olhar para o grupo com o qual escolho trabalhar, um segmento pouco investigado nos estudos de ciências sociais, na tentativa de contribuir com esse campo de



estudos a partir da função própria ao cientista social, a de compreender a complexidade do real.

Considero que um desafio que se coloca ao desenvolvimento desta pesquisa é abordar o tema sem adotar de antemão um tom acusatório em relação aos sujeitos de pesquisa, tom este que por vezes perpassa o campo sociológico a partir de uma perspectiva que os coloca como geradores de injustiças sociais. O desafio se coloca porque ao mesmo tempo em que pretendo evitar o tom acusatório, gostaria de não abandonar a abordagem sociológica e suas contribuições no que tange à crítica a estruturas sociais reprodutoras de desigualdades e sofrimento social e psíquico.

Conforme apontado por Medeiros (2005, p.16-18) a maioria dos estudos sobre desigualdade parte de uma base normativa e essa base é fundamental para a escolha das desigualdades que devem ser analisadas e da forma como devem ser tratadas. A existência de diferenças entre os indivíduos de uma sociedade é um fato óbvio. São teorias que estabelecem quais desigualdades podem ser consideradas injustas e que, portanto, deveriam ser corrigidas. O igualitarismo moderno tem por base a ideia de que grande parte das desigualdades nas condições de vida das pessoas são fruto de injustiças prévias. Esta base normativa também está presente em minha pesquisa. O estudo parte da noção de que as desigualdades no Brasil são excessivas e fonte de sofrimento social e psíquico para muitas pessoas. Este estudo visa, por meio da investigação da experiência social da parcela mais abastada desse embate, contribuir para o melhor entendimento do que está em jogo quando tratamos de hierarquias socioeconômicas no Brasil.

## **2. Revisão Bibliográfica**

A maioria dos estudos sobre desigualdade parte de uma base normativa e essa base é fundamental para a escolha das desigualdades que devem ser analisadas e da forma como devem ser tratadas. A existência de diferenças entre os indivíduos de uma sociedade é um fato óbvio. São teorias que estabelecem quais desigualdades podem ser consideradas excessivas. A ideia moderna de igualdade parte do princípio de que grande parte das desigualdades nas condições de vida das pessoas é um produto social que foi criado a partir de

injustiças. Injustiças devem ser reparadas, o que pode ser feito buscando maior igualdade social. No caso de desigualdades na condição socioeconômica, tal reparação diz respeito a uma melhor distribuição das riquezas produzidas socialmente. Portanto, por trás da ideia de justiça enquanto reparação e promoção da igualdade, está o conflito de interesses entre ricos e pobres. O que é comumente conhecido como conflito distributivo.

Nem sempre se teve o entendimento de que as hierarquias sociais seriam injustas ou teriam origem em injustiças. Tal mudança de paradigma remete ao período da revolução francesa em 1789. O texto *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade* de Jean-Jacques Rousseau, publicado em 1754 é amplamente reconhecido como um dos marcos do debate moderno sobre desigualdade. Nele, Rousseau enfatiza a importância da igualdade de direitos políticos e, em menor proporção, de algum grau de igualdade de condições de vida, assumindo que as desigualdades observadas são um produto social que, em geral, foi criado a partir de injustiças (ROUSSEAU apud MEDEIROS, 2005, p.55). Estas ideias estão na base de um pensamento que irá influenciar muitos autores posteriores, principalmente sociólogos e economistas políticos.

Alguns autores da economia política clássica dos séculos XVIII e XIX como Adam Smith (1723-1790), Thomas Robert Malthus (1766-1834) e David Ricardo (1772-1823) deram atenção à repartição dos recursos na economia e por meio de suas teorias sobre a determinação de salários, lucros e rendas, propagaram suas ideias sobre desigualdade. Smith é considerado uma espécie de patrono por várias escolas de pensamento que defendem a auto-regulação dos mercados. Malthus teve suas teorias tomadas como centrais no debate sobre demografia do desenvolvimento. E Ricardo é precursor das teorias que buscam explicar as desigualdades entre nações. De maneira geral, esses economistas relacionaram a melhoria das condições de vida de um povo à expansão do produto econômico agregado e dificilmente a relacionam com medidas redistributivas (idem, ibidem, p.55).

É na crítica à economia política de Marx que a questão de uma maior igualdade socioeconômica emerge com mais força. Tendo por influência a economia política clássica, a filosofia hegeliana e o movimento socialista francês, Marx produziu uma obra extensa e complexa sobre a dinâmica do funcionamento

social conectando economia, política, história e cultura. Sua obra também deu fruto a muitas interpretações e influenciou fortemente o debate sobre desigualdade no século posterior a seus estudos. Inclusive sua filosofia de justiça teve forte influência em estudos posteriores, sendo aceita ou criticada.

A teoria marxista vê o capitalismo como uma forma de sociedade de classes organizada em função de um modo específico de produção que emerge das revoluções burguesas do século XVII e cuja lógica de funcionamento leva à acumulação do capital. Existem muitas interpretações sobre o conceito de classe em Marx, mas de maneira geral pode-se dizer que a distinção fundamental entre as classes no capitalismo advém da posição que ocupam na organização da produção, determinada pela posse ou não dos meios necessários à produção. Sem meios para produzir os trabalhadores são obrigados a vender sua mão-de-obra para subsistir. Esse tipo de relação entre classes resultaria invariavelmente injusta porque se baseia em contratos em que a liberdade e a capacidade de negociação de uma das partes são bastante limitadas. Existe relação de interdependência entre capitalistas e trabalhadores, mas essa dependência não diz respeito a igualdade de condições (MARX, 1975, liv. I, p.196). Como na ética marxista não existe contrato justo entre desiguais, toda relação entre trabalhadores e capitalistas, por acontecer em contexto bastante assimétrico, é injusta com os primeiros (MEDEIROS, 2005, p.57).

Na maioria de seus estudos Marx discute a questão da desigualdade a partir de agregados ou posições na estrutura social, mas no texto *Crítica ao Programa de Gotha* (1891), aborda também o assunto a partir da ótica da distribuição dos produtos da economia entre indivíduos, embora sem desconsiderá-la como estando dependente da forma de organização da produção. Podemos, então, apreender um pouco sobre sua filosofia de justiça a respeito da questão distributiva.

De maneira geral, para Marx são injustas todas as formas de desigualdade de remuneração resultantes de diferenças nos “dons individuais” que impliquem vantagens de um trabalhador sobre o outro. As eventuais diferenças nas capacidades físicas, por exemplo, não são um mérito do indivíduo e, por isso, não justificam moralmente vantagens salariais ou de outro tipo. Da particularidade das circunstâncias individuais decorrem necessidades distintas que, em uma situação justa, devem ser supridas por direitos diferenciados dos

indivíduos ao uso do produto social (MARX apud MEDEIROS, p. 57). O igualitarismo de Marx pressupõe um fundo social hipotético formado por todos os recursos da sociedade e sintetiza-se na máxima “De cada um segundo suas capacidades, a cada um de acordo com suas necessidades” (idem, ibidem, p.58).

Na Sociologia Clássica não existe unidade na forma de abordar a desigualdade (MEDEIROS, 2005, p.59). Para Durkheim, por exemplo, são injustas desigualdades que não resultem de mérito individual. Para ele seriam justas as desigualdades que existem em razão de diferenças na capacidade física ou intelectual dos indivíduos, mas não as que decorrem da herança de riquezas, por exemplo. Durkheim critica a ideia de que seriam justos contratos feitos entre pessoas que se encontram em condições desiguais, como aqueles que advêm das relações assimétricas entre classes (DURKHEIM, 1991, p. 171-80).

Não está no centro das análises de Weber a investigação sobre as causas e consequências da desigualdade socioeconômica na dinâmica de longo prazo da sociedade. Ainda assim, é possível notar em suas obras *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* e *História Econômica Geral* algumas referências ao assunto. Embora a posição mais conhecida de Weber sobre a origem das desigualdades econômicas entre protestantes e católicos seja fundamentalmente devido a diferenças culturais (WEBER, 1989, p. 23), sua obra também traz, ainda que pouco, a ideia do uso, na origem do capitalismo, do Estado para a formação de uma classe trabalhadora. Entretanto, a importância dada por Weber à neutralidade científica em relação a valores impede que possamos contatar elementos normativos que tenham influenciado a construção de seus objetos de estudos (MEDEIROS, 2005, p. 59). E assim não é possível apreender elementos relativos a alguma filosofia de justiça em suas análises.

Nas últimas décadas um autor que obteve bastante centralidade no debate sobre desigualdade socioeconômica e justiça distributiva foi John Rawls. Em seu livro *A Theory of Justice*, publicado em 1971, propõe uma teoria política de caráter igualitarista que influenciou praticamente todo o debate moderno sobre desigualdade (MEDEIROS, 2015, p. 60). Sua obra é extensa e difícil de ser resumida, mas os fundamentos mais importantes de seu igualitarismo são, primeiramente, a ideia de que nenhuma pessoa merece os talentos e capacidades que possui, assim também, não merece que a sociedade o premie

ou castigue por tais características. Contrariamente, é justo que os mais talentosos ponham seus talentos a serviço dos menos talentosos, pois as diferenças que se justificam são as que favorecem os mais fracos. Segundo, a ideia de que as instituições da sociedade podem ser consideradas justas quando igualam os indivíduos de tal forma que permitem que a vida das pessoas dependa apenas de suas escolhas (RAWLS, 2002, p.64).

Rawls pode ser considerado um igualitarista liberal (MEDEIROS, 2005, p. 60). A retórica de seu individualismo é uma característica de grande parte da filosofia igualitarista e está fortemente presente até mesmo em autores que estão longe do conservadorismo político. Uma parte significativa da discussão marxista mais recente sobre igualdade dialoga, em termos individualistas, com Rawls (idem, ibidem, p. 61).

As discussões sobre teorias de justiça são travadas, principalmente, no campo da filosofia, mas possuem um forte substrato sociológico. Elas atribuem um significado às desigualdades sociais observadas, interpretando-as a partir de um eixo normativo para, posteriormente, propor soluções que orientem a correção dessas desigualdades, com base em valores fortemente presentes nas democracias ocidentais.

Quando se trata de investigar a respeito da questão distributiva dos recursos sociais, colocamos lentes para olhar o mundo social por meio das quais enxergamos uma sociedade dividida em classes e estratos, e estes se estruturando de forma hierarquizada. Questões relativas ao conflito distributivo foram e são amplamente contempladas por pesquisas em estratificação social. Os estudos em estratificação, enquanto pesquisa dos processos que geram desigualdade, investigam a relevância e de que maneira diferentes variáveis, como ações individuais e coletivas, mudanças em regras sociais e características socioeconômicas determinam o quadro geral de desigualdade. Alguns desses estudos dedicam-se a discutir as formas de mensurar o estrato dos ricos e a dimensão de sua riqueza (MEDEIROS, 2005). Este é um ponto central e importante nestes tipos de pesquisas. As diferentes formas de mensuração normalmente tomam como fonte as pesquisas amostrais extraídas de dados fornecidos por institutos de pesquisa e de dados provenientes do imposto de renda (CASTRO, 2014, p.19). E, lançando mão dessas informações, constroem estudos a partir dos quais formam um quadro geral da desigualdade

social em dado país ou região em um determinado momento ou ao longo do tempo. Faço esse pequeno apanhado dos estudos de estratificação para dizer que, no que tange a esse trabalho, sigo uma linha distinta. Dedico-me a olhar para a desigualdade, a questão distributiva e a condição socioeconômica dos ricos a partir da vivência, socialização e pertencimento dos sujeitos em estratos superiores da sociedade hierarquizada. Nesse sentido, não proponho nenhum recorte específico, por renda, por concentração de poder, por nível de consumo, para delimitar o grupo dos sujeitos de pesquisa, e sim um apanhado de todos esses aspectos, materializados no prestígio social que gozam no espaço da cidade.

Ao tratar da vivência daqueles que pertencem aos estratos mais altos na pirâmide social, estamos também tratando de relações de distinção social. Há variadas possibilidades de análise sobre o tema relações de distinção social. Alguns autores oferecem algumas possibilidades de abordagem, embora nem todos tratem do tema explicitamente.

Dentre os estudos que versam sobre relações de distinção, o mais famoso é aquele desenvolvido pelo sociólogo Pierre Bourdieu e que dá origem a seu livro, também bastante conhecido *A Distinção: crítica social do julgamento* (1979). O próprio termo “distinção social” ganha visibilidade, sobretudo, por meio do trabalho do sociólogo que trata sobre as relações de diferenciação social entre classes e frações de classes na França dos anos 1970.

Na definição elaborada por Bourdieu a distinção social pode ser compreendida como a intenção, consciente ou não, de distinguir-se do comum. Tal intenção encontra em sua raiz a rejeição ao que é “humano” e, nesse sentido, genérico, comum, fácil e imediatamente acessível (BOURDIEU, 2008, p.34).

Na elaboração de seu esquema analítico para compreensão das relações de distinção, Bourdieu aponta a construção, por parte do campo de produção artística, de uma disposição puramente estética que opera a separação e a hierarquização entre o que ele chama de “olhar puro” e de “olhar ingênuo”. O que se entende como uma disposição puramente estética relaciona-se, de acordo com o autor, a um momento histórico do campo de produção artística que rege normas que regulam a relação com a obra de arte tanto por parte do

produtor quanto por parte do espectador, e que nos tempos atuais, exige destes uma percepção que privilegia a forma dos objetos em detrimento de sua função, do modo de representação sobre o objeto representado.

A disposição estética “pura” opõe-se à disposição estética “comum”. Esta última trata a respeito da subordinação da forma à função e a hostilidade, em relação à arte, a qualquer tipo de experimentação formal.

A distinção social opera a partir da hierarquização das disposições, estabelecendo diferenciações a respeito da forma de apreciação das coisas e, por conseguinte, da adoção de certas posturas e estilos estéticos, que no mundo social se manifestam por meio dos gostos.

Evidentemente, existem fatores que determinam a capacidade em adotar a postura socialmente designada como propriamente estética – que são condição tanto de sua constituição quanto de sua implementação –, e esses dizem respeito às condições materiais de existência, passadas e presentes. A disposição estética “pura” – que tende a deixar de lado a natureza, a substância e a função do objeto representado, além de excluir as reações “ingênuas” ou “humanas”, por exemplo, o horror diante do horrível ou o desejo diante do desejável, assim como qualquer reação puramente ética, para lançar luz sobre o estilo, avaliado em comparação a outros estilos, e o próprio modo de fazer as coisas – diz respeito a uma relação global com o mundo e com as pessoas, a um estilo de vida que evidencia condições particulares de existência.

De acordo com a tese sustentada por Bourdieu em *A Distinção*, é possível perceber no mundo social o estabelecimento de fronteiras entre conjuntos de agentes a partir da adoção por parte daqueles mais bem posicionados na hierarquia social, da disposição propriamente estética, manifestada por seus gostos. Cujas formação encontra sua origem nas condições sociais de existência, sendo constituídos ao longo do tempo de maneira difusa pela vivência na família ou de modo mais sistemático, por meio da pedagogia adotada em instituições de ensino.

A perspectiva escolhida por Bourdieu evidencia a abordagem proposta pelo autor para compreensão de fenômenos sociais, que por meio de conceitos

como o de *habitus* (estrutura social incorporada e disposição para agir) procura dar um tratamento não intelectualista aos fatos sociais tratando as formas de percepção e apreciação de bens culturais como estando incorporadas aos agentes, tendo sua origem em condições objetivas de existência e orientando as práticas no mundo social. No que tange à compreensão das relações de distinção, e mantendo-se fiel às suas formulações teóricas, o autor privilegia o gosto e a forma de apropriação de bens simbólicos como instrumentos essenciais de diferenciação entre agentes sociais. Trata-se, portanto, da distinção que se dá no plano da cultura, tendo por parâmetro as manifestações de preferências e as classificações de bens culturais. Bourdieu faz um importante trabalho quando busca desnaturalizar os gostos, mostrando que esses não são neutros, relacionando-se a longos processos de formação que tem como base a desigualdade de posições ocupadas e de recursos que agentes e conjuntos de agentes dispõem no mundo social. No entanto, os resultados de sua pesquisa, no livro *A Distinção*, revelam um contexto social específico, referente à França dos anos 1970, onde certa cultura burguesa apresentava-se como elemento máximo de distinção, assim, a simples transposição de seu modelo teórico para outros contextos históricos e sociais pode revelar-se infértil.

Para compreensão de fenômenos de distinção social, outro olhar possível é aquele proposto por Erving Goffman. Embora o sociólogo não trate explicitamente do tema, a perspectiva dramaturgica por ele adotada que considera a interação face a face e o desempenho de papéis pelos atores sociais, coaduna-se bem com a concepção sobre relações de distinção em que se prioriza acima de tudo aspectos relativos à aparência, como o uso de bens de consumo (indumentária, decoração de interiores, mobília, etc.) e a cosmética corporal. Tais aspectos podem ser relacionados à defesa de fachadas pessoais, desempenho do ator que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para aqueles que observam a representação. De acordo com Goffman, em sociedades estratificadas verifica-se que habitualmente a mobilidade ascendente implica na representação de desempenhos adequados e que esforços para subir socialmente e para evitar descer exprimem-se em termos dos sacrifícios para a manutenção da fachada, que conjuntamente com os cenários, formam equipamentos expressivos que comunicam o pertencimento a universos sociais superiores (1985, p.41).



Há ainda outra perspectiva de análise que compreende a adoção de esquemas analíticos que contemplam a subjetividade dos agentes sociais. Destaca-se nesse sentido, o trabalho de Axel Honneth, *Luta por reconhecimento* (1992). Nesse texto, embora o autor esteja tratando da busca por reconhecimento que se dá a partir de situações de desrespeito, o que a princípio não se aplicaria a relações de distinção social, uma vez que dizem respeito a pessoas e grupos que gozam de status social e que têm, de maneira geral, suas demandas atendidas. Ainda assim a perspectiva de abordagem que compreende a relação intersubjetiva, a busca por espaços de reconhecimento social, pode ser utilizada também para pensar sobre a situação daqueles que já gozando de amplo trânsito no mundo social buscam manter e ampliar sua condição de prestígio.

A abordagem de Honneth também é interessante porque trata da necessidade de reconhecimento a partir das dimensões do amor, do direito e da solidariedade. Nesse sentido, fala de relações sociais vivenciadas por meio dos afetos, da necessidade de estima social, de autoestima, de acolhimento por parte dos outros, enfim, de reconhecimento. Desta perspectiva destaca-se a inovação em considerar os sentimentos de pessoas e grupos sociais para o alcance de posições sociais.

Nesta mesma linha existem ainda os estudos de Vincent de Gaulejac que em seu trabalho *A neurose de classe: trajetória social e conflitos de identidade* (2014), articula as dimensões social, pessoal, familiar e existencial dos sujeitos com o objetivo de analisar trajetórias de deslocamento social, as de ascensão social, principalmente, e os conflitos vivenciados pelos sujeitos sociais ao longo desse percurso. Gaulejac, nesta obra, coloca o foco de sua análise justamente na ordem hierárquica existente entre os diferentes segmentos sociais e como os indivíduos vivenciam essas hierarquias.

### **3. Referências bibliográficas**

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Editora Zouk, 2008 [1979].

CATTANI, Antônio. **Riqueza e Desigualdade**. Caderno CRH, Salvador, v.22, n.57, p.547-561, Set./Dez. 2009.

CASTRO, Daniel Ribeiro Paes de. **Diferentes desigualdades, diferentes ricos: uma revisão da literatura internacional sobre a evolução e os determinantes da renda dos ricos**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, 2014.

Durkheim, Emile. **A Divisão do Trabalho Social**. Vol. II. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

GAULEJAC, Vincent de. *As origens da vergonha*. São Paulo: Via Lettera, 2006.  
\_\_\_\_\_. *L'histoire em héritage: Roman familial et trajectoire sociale*. Paris: Éditions Payot & Rivages, 2012.  
\_\_\_\_\_. *A neurose de classe: trajetória social e conflitos de identidade*. São Paulo: Via Lettera, 2014.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2009.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livros I, II, III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MEDEIROS, Marcelo. **O que faz os ricos ricos: o outro lado da desigualdade brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2005.

PINÇON, M. PINÇON-CHARLOT, M. Sociologia da alta burguesia. **Sociologias**, São Paulo, no.18, jul./dez. 2007.

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1989.